

Em crise

Rede municipal de saúde sofre debandada de médicos

Página B2



Guilherme Pimentel

Esportes



Arquivo OEMS/Leonardo França

Brasileiro Série D

Comercial conhece seu adversário da estreia

Página B7

o Estado B1

Campo Grande - MS | Terça-feira, 19 de maio de 2015

cidades@oestadoms.com.br

www.oestadoms.com.br



Ângelo Arruda

A arquitetura que não se vê mais

Há 12 anos, no dia 11 de agosto de 2003, no Colégio Osvaldo Cruz, aconteceu a solenidade de lançamento dos cartazes Portas e Janelas e Ornamentos de Campo Grande, resultado de uma pesquisa que coordenei e que teve a fotografia de Rachid Waqued Neto e o financiamento do FIC/MS e, naquela oportunidade, pude verificar o quanto nossa arquitetura antiga faz sucesso entre as pessoas.

Ao levantar mais de 200 tipos diferentes de portas, janelas e de ornamentos existentes em nossos prédios urbanos, pude perceber um problema ainda sem solução: a quantidade de edifícios históricos importantes que tinham a fachada recoberta por elementos de propaganda ou mesmo pelas platibandas metálicas das lojas comerciais. Esses edifícios não fizeram parte desse levantamento, pois, seus elementos não estão visíveis e assim, sua preservação, catalogação e reconhecimento ficam prejudicados, e é sobre isso que escrevo agora: a arquitetura que não se vê mais. Por que? Anos depois, com a retirada dos elementos que cobriam os ornamentos, podemos atestar que não se escondia mais a arquitetura, pois esta tinha sido desfigurada, retirada e com os paralines da fachada, apenas se cobria um passado não mais visível quando tudo se foi.

A arquitetura que não podemos ver mais está espalhada pelos diversos lugares da cidade, especialmente nas ruas Calógeras, 14 de Julho, 13 de Maio, Rui Barbosa, Pedro Celestino, Mato Grosso, Maracaju, Cândido Mariano, Dom Aquino, Barão do Rio Branco, Afonso Pena, XV de Novembro, 7 de Setembro e parte da 26 de Agosto, além da Joaquim Murtinho, Barão de Melgaço e em algumas ruas do bairro Amambai.

Nesses lugares mais centrais e mais antigos de Campo Grande, registramos em 2001, mais de 150 prédios que mereciam ser preservados, colocados numa situação especial, inclusive quanto ao pagamento de tributos incentivados pela preservação. Se fosse possível o tombamento de todos, seria o ideal, mas nem sempre o ideal é possível e assim vim escrevendo e propondo o reconhecimento e a preservação dos elementos históricos. Alguns foram destacados e encontram-se protegidos na Lei de Revitalização do Centro, mas sem nenhuma política de apoio, os mesmos estão se destruindo, como no caso do Hotel Americano.

Essa medida de reconhecimento vem para socorrer a arquitetura que anda sendo demolida em nome da modernidade e com isso desaparecendo seus elementos de ornamentação. Algumas empresas que andam demolindo as “lojas velhas” e encontravam nos materiais mais modernos – como aço escovado, letreiros de alumínio e outros – a saída para modernizar as suas fachadas, como a nova marca das lojas, que começou pela 14 de Julho. Com isso, esqueciam e talvez nem sabiam do valor cultural da rua 14 de Julho. Se a arquitetura do passado que estava escondida por trás dos letreiros era feia ou antiquada, quero lembrar aos leitores que a nossa cidade e tantas outras cidades brasileiras foram, durante muitos anos, colonizadas por imigrantes italianos, espanhóis e portugueses que no ofício da construção edificaram o que havia de melhor para a época. Cuiabá, nossa vizinha capital, além de Corumbá, Aquidauana e Miranda, também têm bons exemplos.

Hoje, esses construtores não existem mais e foram substituídos por profissionais que ainda não trabalham com a conservação dos valores culturais e da tradição da renovação sem perdas. Mas os problemas da rua 14 de Julho não vão ser resolvidos mais. A grande cirurgia já foi feita com o passar dos anos, nas madrugadas e nos fins de semana. A preservação do que sobrou e que precisa ser feita é na própria rua, como um todo, em vários dos seus aspectos e não apenas na rua 14, mas em todo o centro histórico. E essa poderia ser a tônica dos comerciantes e de suas entidades maiores, lutando unidos por uma proposta de revitalização integrada, que ficasse bem para todos: lojistas, moradores, usuários e para a cidade.

Aqui exemplifico algumas medidas fundamentais que poderiam ser colocadas em discussão: as calçadas, com 2,50 metros de largura, desde 1928 quando feita a pavimentação da rua, deveriam ser alargada, com novos pisos de tamanhos e qualidade diferentes, paginadas com material mais resistente e mais bonito; a iluminação atual e a eletrificação atual deveriam ser substituídas por outras que possam colocar a fiação aérea sob a calçada e liberar o visual dos postes para uma iluminação moderna para a rua e para as lojas; as esquinas deveriam observar as normas de segurança para os pedestres e deficientes em geral; os itens de maior necessidade, como lixeiras, bancos para os idosos, lugares de encontros, etc. poderiam ser instalados; deveria haver maior incentivo para a construção de edifícios, garagens verticais que abriguem todos os carros do Centro em espaços vazios; poderia haver maior animação da rua com espaços culturais, bares e cafés noturnos, cinemas e teatros pequenos que atraíssem pessoas para o período noturno e uma última ideia que vingou em Curitiba, um espaço 24 horas, que poderia ser na rua Barão do Rio Branco ou outro local alternativo, que devolvesse a vitalidade do Centro. A arquitetura que não se vê mais estava no Centro e é ele quem precisa de socorro.

É arquiteto, urbanista e professor da UFMS

Negociações

Governador nega reajuste, mas lei garante reposição da inflação

Reinaldo afirma que Estado não tem recursos para arcar com recomposição dos salários

Leandro Abreu

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) afirmou mais uma vez, durante agenda desta segunda-feira (18), que não vai conceder nem mesmo o reajuste da inflação anual aos servidores estaduais. De acordo com o advogado constitucionalista Sandro Monteiro, essa ação é ilegal, já que na Constituição Federal há um artigo que assegura ao trabalhador estatutário – que tem vínculo com Estado ou Município – essa revisão inflacionária. Na teoria, o gestor pode ser penalizado por improbidade administrativa.

Conforme Azambuja, o governo do Estado mantém diálogo com as categorias, mas sem possibilidade de reajuste salarial no momento. “Não tem espaço financeiro hoje, em um momento de crise, para fazer duas reposições. Então vamos discutir e ver o que é possível”, disse alegando que, em dezembro de 2014, os trabalhadores receberam aumento.

Já o advogado entrevistado por *O Estado* explica que dar acréscimo salarial não é obrigatório, mas a reposição da inflação sim. “Entendo que o Estado possa negar reajuste que importe em aumento de salário ou subsídio, mas não pode negar a reposição salarial de que trata o inciso X, do art. 37, que assegura a revisão geral anual, que visa a resguardar o equilíbrio econômico-financeiro da remuneração e dos subsídios dos servidores públicos. Portanto, é possível, sim, buscar socorro no Poder Judiciário”, detalhou.

Sindicalistas refutam alegação sobre aumento de dezembro

No lado dos servidores, a Feserp-MS (Federação Sindical dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais) e o Fórum dos Servidores afirmam que o pagamento realizado em dezembro não conta como reajuste para este ano. “O reajuste de maio de 2013 foi parcelado e o último débito quitado em dezembro. Não tem nada a ver com o reajuste deste ano”, explicou Alexandre Barbosa, presidente do Fórum.

A Feserp, que representa 12 sindicatos e 25 mil servidores, disse aguardar o Estado para uma nova reunião e já fala em acionar a Justiça para garantir pelo menos a reposição da inflação. Servidores fazem assembleia geral na quinta-feira. (Com Mariana Anjos)



Arquivo OEMS

Reinaldo Azambuja afirma que Estado vive crise e por isso ‘não há espaço financeiro para fazer duas reposições’

Professores fazem assembleia e 101 mil ficam sem aulas

Para discutir o descumprimento da lei municipal nº 5.411/2014 por parte da Prefeitura de Campo Grande, os professores da Reme (Rede

Municipal de Ensino) paralisam nesta terça-feira (19) para uma assembleia na ACP (Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública). Eles

vão decidir se dão início a mais uma greve. Com a situação, 101 mil alunos ficam sem aula amanhã. (Karla Machado, de *O Estado Online*)

DICAS DE MÃE

M F
Mov Flex

MÃE ENTENDE DE TUDO, INCLUSIVE DE ESCRITÓRIO.

ARMÁRIO DE AÇO EXECUTIVO
C/ 01 BANDEJA FIXA E 2 REGULÁVEIS
COR: CINZA (MED. 170X75X31 CM)
M.NOBRE

R\$ 299,90
À VISTA

ESTANTE DE AÇO
C/ 05 PRATELEIRAS E REFORÇO
COR: CINZA (MED. 180X86X30 CM) M.NOBRE

R\$ 104,90
À VISTA

ESTACÃO DE TRABALHO
C/ 02 GAVETAS
CORES CINZA/BRANCO/OVO
15MM (MED. 155X135X74X60 CM)

R\$ 299,90
À VISTA

CADEIRA ISO PRETA

R\$ 59,90
À VISTA

MESA CONECTADA COM MESA DE MICRO
C/ 02 GAVETAS
CORES CINZA/BRANCO/OVO
15MM (MED. 180X150X74X60 CM)

R\$ 269,90
À VISTA

MESA DE TRABALHO
C/ 02 GAVETAS
CORES CINZA/BRANCO/OVO 15MM (MED. 120X74X60 CM)

R\$ 179,90
À VISTA

ARMÁRIO ALTO
02 PORTAS E 3 PRATELEIRAS
CORES CINZA/BRANCO/OVO (MED. 85X42X155 CM)

R\$ 299,90
À VISTA

ARMÁRIO BAIXO
02 PORTAS E 1 PRATELEIRA
CORES CINZA/BRANCO/OVO (MED. 85X42X77 CM)

R\$ 209,90
À VISTA

CONFIRA NOSSA COMPLETA LINHA DE MÓVEIS DE AÇO E MÓVEIS ESCOLARES.

M F
Mov Flex

RUA 14 DE JULHO, 425 • 67.3901-3114 • ATENDIMENTO@MOVFLEXMS.COM.BR

ACEITAMOS TODOS OS TIPOS DE CARTÕES, INCLUSIVE BNDES.

movflexms.com.br

Imagens meramente ilustrativas. Preços válidos enquanto durarem os estoques.